

UM TEMA (QUASE) INTERDITADO... POR PRESSÕES INTERNAS

José Tadeu Arantes
Jornalista

Vários fatores concorrem para reabrir o debate sobre cotas nesta universidade, entre eles o fato de estar em andamento no Supremo Tribunal Federal (STF) uma ação contrária ao modelo adotado pela UnB, que reacendeu o interesse nacional em torno da questão, e a mobilização de movimentos sociais para a realização de uma audiência pública na USP sobre o assunto. O tema chegou a ser objeto de uma comissão criada pela Reitoria em 1995, mas foi interdito por pressões internas

As “cotas raciais” combinadas com recorte sócio-econômico já foram adotadas por 68 instituições públicas de ensino superior em todo o país, federais e estaduais. Desde 2003, cerca de 52 mil alunos tiveram acesso à educação de nível universitário por meio delas. Esse número corresponde a mais de 4% dos 1,24 milhão de estudantes que, segundo o Censo da Educação Superior de 2007, constituíam o corpo discente das escolas superiores públicas naquela data. Diante de tais dados, é possível dizer, sem exageros, que a política de cotas

passou pelo teste da prática. E o teste desautorizou as duas principais objeções formuladas contra ela:

1. Ao contrário do que se propalava, a qualidade do ensino superior não caiu devido ao ingresso de alunos tidos como menos preparados. Na maioria das instituições que aderiram ao sistema, as avaliações de rendimento acadêmico dos alunos cotistas têm sido equivalentes ou até mesmo superiores às dos demais estudantes. Exemplo disso, lembra o geógrafo e professor Maurício Costa, coordenador da Rede Emancipação de Cursinhos Populares, foi o que ocorreu na Universidade Federal da

Bahia (UFBA): “No primeiro ano de vigência das cotas (2005), a nota de corte do vestibular subiu e constatou-se que, entre os alunos dos dois primeiros semestres, a avaliação dos cotistas foi igual ou melhor do que a dos não cotistas em 11 dos 18 cursos mais concorridos, isto é, em 61% dos casos”.

2. Além disso, desmentindo os prognósticos alarmistas, a adoção das cotas não acirrou os conflitos interétnicos. “Em algumas instituições, como a Universidade de Brasília (UnB), aumentaram as pesquisas sobre as raízes africanas da cultura brasileira e a inclusão de

autores negros nas recomendações bibliográficas”, acrescenta Costa.

Na USP, vários fatores concorrem para reabrir o debate sobre as cotas: o fato de estar em andamento no Supremo Tribunal Federal (STF) uma ação contrária ao modelo da UnB, reacendendo o interesse em torno da questão; a recente mudança de posição, em congresso, do Andes-Sindicato Nacional dos Docentes nas Instituições de Ensino Superior, em favor das cotas; e a mobilização de movimentos sociais internos e externos à universidade, como a Rede Emancipa, para a realização de uma audiência pública sobre o assunto.

No entorno da USP, se as chamadas “políticas afirmativas de acesso ao ensino superior” suscitaram alguma comoção, esta se circunscreveu aos exageros verbais de certos opositores do sistema de cotas, os quais, dispondo de grande espaço de expressão na mídia conservadora, tentaram e continuam tentando imprimir um tom passional à discussão. Para deslegitimar as “cotas raciais”, afirmam, como se fosse grande novidade, que raças não existem. Mas se esquecem de que a inexistência das raças não impede que exista o racismo. Afinal, um policial não precisa de exame de DNA para escolher quem será revisitado na periferia, nem um porteiro para decidir quem será encaminhado ao elevador de serviço: basta-lhes o olhar sumário, consagrado por séculos de supremacia eurodescendente, plutocrática e oligárquica.

Seria errado, porém, afinar o debate por esse diapasão. Pois, entre aqueles que se opõem às “políticas afirmativas de corte

***O sentimento de
hostilidade às cotas
“é generalizado entre
os professores das
universidades federais
e estaduais”, diz o
professor Antônio Sérgio
Guimarães, da FFLCH e
ex-membro da Comissão
de Políticas Públicas para
a População Negra. “Não
é só da USP”***



Professor Maurício Costa

racial”, há também quem disponha de credenciais acadêmicas ou de histórico de participação nos movimentos de democratização da sociedade brasileira. Exemplo de argumentação contrária às cotas raciais, mas favorável a cotas vinculadas ao nível de renda familiar do estudante é o artigo publicado nesta edição da professora Elizabeth Balbachevsky, do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP) e pesquisadora do Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas.

De qualquer modo, como sublinha em outro artigo nas páginas a seguir o professor Kabengele Munanga, do Departamento de Antropologia da FFLCH, não resta dúvida de que, após um início promissor, o tratamento do tema nesta universidade foi “atropelado”, ou abortado, em virtude de uma série de pressões internas.

Mas o sentimento de hostilidade às cotas dentro do quadro docente não é exclusividade uspiana, segundo o professor Antônio Sérgio Guimarães, do Departamento de Sociologia da FFLCH e ex-membro da Comissão de Políticas Públicas para a População Negra da USP: “Não é um sentimento só da USP, é um sentimento generalizado entre os professores das universidades federais, estaduais. Todos pensam mais ou menos a mesma coisa: que raça não deve contar. A diferença é que os grupos dirigentes na USP são mais sintonizados com esse pensamento do que nas outras universidades. Aqui e no Rio de Janeiro — na Universidade Federal do Rio de Janeiro é a mesma coisa. Nas camadas dirigentes existe uma certa ojeriza a se falar desse tipo de coisa”.

A resistência dos docentes fez com que, nas universidades em que as cotas foram implementadas, isso fosse feito “de cima para baixo”,

argumenta Guimarães. “Pela experiência que a gente tem nas outras universidades, essas coisas só andam quando o reitor tem interesse e acaba convencendo o Conselho Universitário de que é uma boa política, e aí os professores têm que aceitar. Mas se for partir dos professores... Em nenhuma universidade aconteceu absolutamente nada partindo dos professores”.

É verdade que existe na USP, desde 2007, o Programa de Inclusão Social (Inclusp). Mas ele possui um recorte estritamente sócio-econômico, desconsiderando as mazelas étnico-culturais herdadas de um passado ainda vivo e atuante no Brasil. “Seu objetivo principal”, como afirmou a então pró-reitora de graduação Selma Garrido Pimenta, em artigo publicado pela *Revista Adusp* em 2008, “é ampliar progressivamente o percentual de ingressantes que cursaram o ensino médio na rede pública de ensino, sem comprometer o critério de mérito acadêmico como legitimador desse processo”.

O argumento do “mérito acadêmico”, de que se vale a ex-pró-reitora, tornou-se uma peça forte da linha de pensamento hegemônica na USP. O professor Gilson Schwartz, do Departamento de Cinema, Rádio e Televisão da Escola de Comunicações e Artes (ECA-USP), justifica sua oposição ao sistema de cotas apontando, ao lado da “aversão a usar ‘raça’, e menos ainda ‘cor da pele’, como critério para políticas públicas ou qualquer iniciativa de compensação por injustiças sociais, políticas e econômicas”, a “adesão, em

Para as grandes massas da população negra brasileira, o trauma de três séculos de escravidão e a abolição conservadora, que fez do ex-escravo um cidadão de segunda classe, criaram uma defasagem até hoje não superada. É por isso, e não por deficiência congênita de mérito, que há tão poucos negros na USP

princípio, à meritocracia como ideal maior para a distribuição de riqueza, renda e poder”.

Como outros opositores das “políticas afirmativas de recorte racial”, Schwartz não é insensível à necessidade de inclusão econômica, social e cultural das populações pobres e negras: “Há um funil para os mais pobres, os que vivem longe dos grandes centros e, nos grandes centros, longe das áreas ditas ‘nobres’, que agrava as exclusões e opressões históricas”, afirma o professor da ECA.

“Creio que é importante, em primeiro lugar, mesmo que sem cotas racialistas, abrir mais canais entre a universidade e a sociedade. Sou um defensor e praticante ardoroso de programas de cultura e extensão, onde há possibilidades de acesso e compartilhamento de conheci-

mento muito subutilizadas. Gosto das políticas de favorecimento a egressos da rede pública de ensino, com base em critérios relativos ao nível de renda familiar, acima da cor da pele, e muitas outras iniciativas que ampliem o número de vagas e as formas de dar mais acesso à informação e conhecimento”, detalha. “A mobilização de todos em favor de projetos de valorização, promoção e integração com a cultura afrobrasileira, por exemplo de formação e apoio a movimentos quilombolas e outras manifestações da cultura popular são caminhos que colocam em primeiro plano o combate ao *apartheid* cultural”.

Os conceitos de “mérito” e “meritocracia”, que Schwartz e muitos protagonistas anticotas utilizam, exigem, porém, reflexão mais prolongada. Assim como ocorreu com outras ideias (a de “mercado”, por exemplo), maciçamente difundidas por meio de avassaladora cadeia de transmissão (empresarial, acadêmica, midiática etc.), o “mérito” se transformou em um daqueles conceitos que, por força da repetição, acabaram sendo acolhidos sem resistência crítica mesmo pelas pessoas melhor informadas e intencionadas. De repente, tornou-se um lugar comum falar em “mérito”, como se fosse um dom puramente natural ou um atributo metafísico que paira acima da história e das determinações econômicas, sociais, políticas e culturais. Não seria demais chamar a atenção, aqui, para os perigosos mecanismos de produção e reprodução do “senso comum”.

Existem, sim, indivíduos que, por uma série de fatores, comple-

Murillo Constantino

**Professor Gilson Schwartz**

Daniel Garcia

**Professor Antonio Sérgio Guimarães**

xos demais para serem resumidos, são capazes de transcender as condições mais adversas e vencer contra todas as probabilidades. Luís Gama, filho bastardo de um fidalgo português arruinado e da escrava africana Luísa Mahin, ele mesmo vendido pelo pai como escravo e analfabeto até os 17 anos, tornou-se eminente jurista, jornalista e escritor na sociedade elitista e excludente do Segundo Império. Mas, embora maravilhosas e inspiradoras, façanhas singulares como esta não possuem relevância estatística.

Para as grandes massas da população negra brasileira, o trauma de três séculos de escravidão e de uma abolição conservadora, que fez do ex-escravo um cidadão de segunda classe, criou uma defasagem que, a despeito das memoráveis exceções individuais, até hoje não foi superada. É por isso, e não por qualquer

deficiência congênita de mérito, que há tão poucos negros na USP. Em seus mais de 70 anos de existência, os critérios universalistas de acesso, baseados, ainda que não explicitamente, na ideia de mérito, foram incapazes de corrigir essa distorção.

Nenhum partidário sensato das “políticas afirmativas” advoga a adoção de “cotas raciais” como solução definitiva. Mas apenas como uma entre outras medidas temporárias: “uma resposta desigual aos problemas gerados por uma situação desigual”, como a definiu com propriedade o historiador Luiz Felipe de Alencastro, professor visitante de História do Brasil na Universidade de Paris, em seu depoimento na audiência pública convocada, de 3 a 5 de março de 2010, pelo Supremo Tribunal Federal. Comparando a questão étnica com a questão de

gênero, o historiador afirmou: “Nos anos 30, os setores tradicionalistas alegavam que o voto feminino ia dividir as famílias, que a presença da mulher nas universidades desperdiçava vagas universitárias, porque as mulheres iriam, depois, casar, criar seus filhos e não exercer as profissões. Foram essas ‘normas consensuais’, que impediam a plena cidadania, que foram sendo progressivamente reduzidas”.

O professor Elie Ghanem, da Faculdade de Educação da USP, se diz favorável à adoção de medidas que protejam grupos populacionais em situação de desvantagem: “A chamada política de cotas para pessoas negras pode assumir variados formatos. Soma-se a isto o fato de que são grupos destas populações que se organizam e ativamente reivindicam as providências que podem se colocar no sentido de promover acesso mais igualitário à educação superior. As chamadas políticas de cotas não acirram contradições étnicas. A desigualdade de condições de vida e o preconceito de variados grupos étnicos é que provocam o questionamento e posições propositivas de enfrentamento da injustiça”.

Para o educador, não se trata de adotar as “cotas raciais” e pronto. O êxito da iniciativa exige acompanhamento sistemático: “Penso que medidas como estas requerem a disposição para a experimentação controlada e a avaliação rigorosa. Sem isto, não haverá como justificar tentativas de aperfeiçoamento das práticas adotadas e as opiniões serão desprovidas de fundamentação em fatos”.